

O Globo, 11 de setembro de 2020

## **Privatização da Eletrobras causará aumento de 3%, em média, nas tarifas de energia, aponta estudo**

*Impacto acontecerá pelo fato de que várias usinas passarão a vender a preços do mercado. Mas empresa diz que outras medidas previstas no projeto de lei vão mitigar esse efeito*

Por: Ramona Ordoñez

A privatização da Eletrobras, maior geradora e transmissora de energia do país, terá um impacto da ordem de 3% nas tarifas de energia elétrica pagas pelos consumidores. Isso porque várias usinas hidrelétricas antigas pertencentes à estatal passarão a vender, a valores do mercado livre.

São ao todo 13 usinas hidrelétricas das subsidiárias Chesf, Eletronorte e Furnas, que, hoje, vendem a energia a preços muito baixos fixados em um chamado "regime de cotas".

Com a operação de capitalização da Eletrobras, prevista para o próximo ano, essas usinas terão de ser "descotizadas", para voltarem a participar dos leilões de energia e passarem a cobrar preços competitivos do mercado.

O impacto nas tarifas por conta da privatização da Eletrobras consta de um estudo inédito realizado pela TR Soluções, empresa de tecnologia aplicada do setor elétrico.

O estudo conclui que o reflexo nas tarifas de energia da chamada "descotização" dessas usinas pesará no bolso dos consumidores a partir dos reajustes anuais, que ocorrerão de julho de 2021 a julho de 2022.

Diretor de Regulação da TR Soluções, Helder Sousa destacou que, apesar do aumento de preços nas tarifas, a descotização dessas usinas é necessária não apenas para viabilizar a operação de privatização da Eletrobras, mas também para retirar dos consumidores o peso de ter de assumir os riscos

hidrológicos (tarifas mais elevadas por conta do acionamento de termelétricas para poupar os reservatórios de hidrelétricas).

— O risco hidrológico das usinas em cotas e outras usinas da Eletrobras está sob responsabilidade dos consumidores. Ao descotizar, o risco hidrológico deixa de existir para os consumidores. O que faz sentido, pois quem tem mais gestão sob o risco de chover ou não? É quem está ali na frente, o gerador, ele tem capacidade de gerir esse risco de forma mais eficiente do que o consumidor — ressaltou Helder Sousa.

— O risco hidrológico das usinas em cotas e outras usinas da Eletrobras está sob responsabilidade dos consumidores. Ao descotizar, o risco hidrológico deixa de existir para os consumidores. O que faz sentido, pois quem tem mais gestão sob o risco de chover ou não? É quem está ali na frente, o gerador, ele tem capacidade de gerir esse risco de forma mais eficiente do que o consumidor — ressaltou Helder Sousa.

**Bolsonaro: Presidente inclui porto em SC e terminais portuários em Santos no programa de concessões e privatizações do governo**

Ao todo, serão seis usinas da Chesf e uma da Eletronorte — que atuam no Norte e Nordeste — e outras seis de Furnas (Sudeste) que estão com seus preços fixados em cotas, bem abaixo do mercado. Essas usinas representam um total de 7.451 Megawatts (MW) de energia que podem gerar (garantia física). O preço médio das tarifas dessas usinas é de R\$ 73,27 o Megawatt/hora (MW/h).

Existem no país um total de 13.298 MW gerados por usinas que operam em regime de cotas, dos quais 56%, ou seja, os 7.451 MW, são de usinas do grupo Eletrobras.

Assim que o Projeto de Lei (PL) que autoriza a capitalização da Eletrobras for aprovado no Congresso, uma das etapas para realizar a operação no mercado de capitais será a retirada dessas usinas cotizadas, que passarão então a oferecer sua energia a preços de mercado nos futuros leilões de energia.

Para se ter uma ideia da diferença de preços, os contratos de compra de energia de usinas hidrelétricas da Light são de um valor médio de R\$ 176,18 o MW/h.

O estudo considerou 39 empresas que representam 98% do mercado de distribuição. Segundo apurou o estudo, os preços médios de venda de energia das seis hidrelétricas da Chesf é de R\$ 68,55 o MW/h.; da Eletronorte, R\$ 68,21; e de Frunas, R\$ 83,96 o MW/h.

— O estudo manteve todas as demais variáveis estáveis, alterando o parâmetro da descotização, e o impacto médio no Brasil é de 3% para todos os consumidores — destacou Sousa.

Essas usinas do grupo Eletrobras renovaram os contratos de concessão sob regime de cotas em 2013, em meio a uma série de medidas do governo da então presidente Dilma Rousseff.

A partir da Medida Provisória nº 579, foi feita a renovação de contratos de concessão, para forçar a baixa das tarifas de eletricidade.

A Eletrobras foi obrigada a aceitar mudar essas usinas para o regime de cotas, por ser uma empresa estatal. As mudanças feitas pelo governo provocaram um grande desarranjo no setor elétrico e graves dificuldades financeiras em várias empresas nos anos seguintes.

Na época, a justificativa do governo para as cotas era de que aquelas usinas, por serem antigas, já renderam ganhos aos acionistas e, assim, poderiam passar a gerar energia a um valor que cobria apenas custos de operação e manutenção.

Eletrobras: menos impactos com outras medidas

A Eletrobras, por sua vez, explicou que outras medidas propostas no Projeto de Lei (PL) nº5.877/2019, que está para ser votado no Congresso e viabiliza sua privatização, vão resultar em maiores benefícios para os consumidores, minimizando os impactos tarifários, com a descotização das usinas hidrelétricas de suas subsidiárias.

A companhia explicou que o fim da contratação da energia dessas usinas (com o fim das cotas) pode ser feita de forma gradual, num prazo mínimo de três anos e máximo de dez anos.

Outro ponto positivo destacado pela Eletrobras é que 1/3 dos recursos adicionais que serão obtidos com as tarifas maiores dessas usinas serão revertidos para a modicidade tarifária por meio da destinação dos mesmos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), responsável pelo custeio de vários subsídios presentes na tarifa de energia elétrica.

"Neste sentido, sem considerar esses dois efeitos mencionados, o resultado do estudo (da TR Soluções) é maior do que o impacto que será realmente sentido pelos consumidores", destacou a Eletrobras.

Para Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a retirada do regime de cotas dessas usinas será necessária para a sua privatização. Ele lembra que outras medidas poderão constar do PL para minimizar tais efeitos.

— Se for privatizar, vai ter que descotizar, porque isso é que vai aumentar o valor da Eletrobras. Hoje a companhia recebe entre R\$ 50 ou R\$ 60 o MW/h, e vai passar a vender por R\$ 130 o MW/h, por exemplo. A empresa se valoriza, o governo arrecada mais com a privatização. Também concordo que vai aumentar a tarifa, mas a questão é a oportunidade. Essa vai ser a estratégia que o governo vai ter que adotar, porque o objetivo da privatização da Eletrobras é a arrecadação, diminuir o déficit fiscal, e com isso haverá um aumento tarifário que vai depender muito de qual será a perspectiva dos preços no mercado livre — disse Castro.

Link original: <https://oglobo.globo.com/economia/privatizacao-da-eletobras-causara-aumento-de-3-em-media-nas-tarifas-de-energia-aponta-estudo-24634723>